Anexo I

Listagem de processos judiciais

Jurisdição	Intervenientes	Objeto da ação	Montantes prováveis a receber ou pagar	Estado Atual
Tribunal Administrativo de Circulo de Lisboa. Proc.º n.º 3311/23.3BELSB.	Requerente: Plaza Alliance - Gestão, Projeto, Construção, Investimentos Imobiliários, LDA . Requeridos: Município de Torres Vedras e Sociedade de Construções Urbanas Rufino e Irmão, S.A."	Autorização judicial nos termos do artigo 85.º, n.º 3 do DL 555/99 - Pedido de autorização judicial para realização de obras de urbanização em substituição do titular do alvará de loteamento)	. 0	Sentença notificada ao Município em 19/02/2024, tendo sido concedida a autorização judicial para realização das obras de urbanização pela requerente, ficando a caução à ordem do Tribunal.
Tribunal Administrativo de Circulo de Lisboa. Proc.º n.º 2341/23.0BELSB.	Autor: RUCE - Construção e Engenharia, Lda. Réu: Município de Torres Vedras	Impugnação do ato administrativo que indeferiu o pedido de revisão extraordinária de preços		Contestação apresentada pelo MTV em 04.10.2023
Ministério Público. Procuradoria da República da Comarca de Lisboa Norte DIAP Proc. 2469/23.6T9TVD - 2ª Secção	Denunciante: Município de Torres Vedras Denunciado: From Portugal With Love, Lda	Equipamento com funções de apoio à praia (EAP) da Praia do Mirante, Santa Cruz, União da Freguesias de A-dos-Cunhados e Maceira. Embargo de obras. Proc. FM 91/2023.		Apresentação de queixa-crime pelo Município de Torres Vedras em 04/12/2023
Ministério Público. Procuradoria da República da Comarca de Lisboa Norte DIAP Proc. 1361/23.9T9TVD - 3ª Secção	Denunciante: Município de Torres Vedras Denunciado: André Anacleto Lourenço	Participação da PSP N.º NPP: 325406/2023. Crime contra a propriedade. Pintura em Grafit feitas no coreto sito na Rua Francisco Boaventura Alves da Silva em Torres Vedras.	65,94€	O Município, em 22/11/2023, prestou os esclarecimentos solicitados pelo Ministério Público e apresentou orçamento relativo aos danos provocados.
Ministério Público. Procuradoria da República da Comarca de Lisboa Norte DIAP Proc. 1739/23.8T9TVD - 2ª Secção	Denunciante: MTV Denunciado: Brígida Leal Henriques.	AFM - Processo 107/21. Crime de desobediência por incumprimento à ordem de demolição de obras executadas sem licença.		Apresentação de queixa-crime pelo Município de Torres Vedras em 04/09/2023
Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa. Ação Administrativa. Processo: 679/23.5BELSB	Autor: Maria da Conceição Pedroso Sousa Chichorro Réu: Município de Torres Vedras e APA	Condenação dos Réus Declarar nulo parecer desfavorável da APA, ANULAR a decisão final proferida pelo Município, notificada à Autora em 02.12.2022 e condenar o Município à prática do ato administrativo devido, consubstanciado na emissão de nova decisão que defira a pretensão da Autora contida no PIP por si apresentado.		Notificação em 21.07.2023 da junção de contestação e documentos por parte da APA
Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa. Ação Administrativa. Processo: 3361/22.7BELSB - UO1	Autor: Mário Pedro Rego Campos Réu: Município de Torres Vedras	Responsabilidade civil extracontratual - Pedido de Indemnização.	976,55€	Contestação entregue em 16/12/2022.
Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa. Ação Administrativa. Processo: 1538/22.4BELSB - UO3	Autor: Edgar Levi Loreti Castro Réu: Câmara Municipal de Torres Vedras	Pedido de declaração de nulidade do ato administrativo que ordenou a demolição das duas edificações (boxes para canídeos) e a retirada de canídeos do local. Antecedentes: IO/61/2018; ED/387/2020 e FM 87/2018		O Município apresentou a sua contestação no dia 07.12.2022 e em 26.09.2023 requerimento relativo à prova testemunhal

Jurisdição	Intervenientes	Objeto da ação	Montantes prováveis a	Estado Atual
Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte - Torres Vedras		Ação de despejo. Contrato de arrendamento anterior ao RAU. Prédio urbano sito na Rua Roque Ferreira Lobo nºs 4 e 4 A, em Torres Vedras. Não uso do prédio arrendado. Cessação do contrato.	receber ou pagar	Para intentar ação.
Ministério Público. Procuradoria da República da Comarca de Lisboa Norte DIAP Proc. 2022/22.1T9TVD - 2ª Secção	Denunciante: Município de Torres Vedras Denunciado: Gubits International, Lda.	Participação AFM 118/2022 de 29/06/2022 - Desrespeito à ordem de embargo referente ao processo administrativo FM-89/2022, obra sita na Rua do Relógio de Sol, n.º 24 - Casais da Arriota, freguesia de Ventosa, levada a cabo por Gubits International, Lda.		Apresentação de queixa-crime pelo Município de Torres Vedras em 30/09/2022 O Município de Torres Vedras foi notificado, em 25.01.2024, para apresentar requerimento inicial que deu origem ao processo de obras ED-759/2021 e a matriz predial do imóvel em questão.
Ministério Público. Procuradoria da República da Comarca de Lisboa Norte DIAP Proc. 2021/22.3T9TVD - 2ª Secção	Denunciante: Município de Torres Vedras Denunciado: Marina Rita Bernardo da Silva	Participação AFM 119/2022 de 29/06/2022 - Desrespeito à ordem de embargo referente ao processo administrativo FM-72/2022, obra sita na Rua da Bemposta, n.º 9 - Bemposta freguesia Ventosa, levada a cabo por Marina Rita Bernardo da Silva.		Apresentação de queixa-crime pelo Município de Torres Vedras em 30/09/2022
Ministério Público. Procuradoria da República da Comarca de Lisboa Norte Proc. Inquérito n.º 1577/22.5T9TVD	Denunciante: Município de Torres Vedras Denunciado: Duarte Fontes Garcia	Apresentação de Queixa crime no âmbito do artigo 278º-A do Código Penal. Obras em desconformidade com as normas urbanísticas aplicáveis.		Resposta em 02.02.2024 a pedido solicitado pelos serviços do Ministério Público
Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa. Acção administrativa. Processo: 733/22.0BELSB - UO4.	Autor: Euclides de Augusto Tavares Monteiro Réu: Município de Torres Vedras	Impugnação de ato administrativo referente à remoção do veículo propriedade do Autor.		Contestação apresentada em 13/05/2022
Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte- Juízo Local Cível de Torres Vedras- Juiz 2- Proc. n.º 49291/22.3YIPRT	Autor: Município de Torres Vedras Réu: Gonçalo Filipe Boim Esteves Alves Roda	Contrato de arrendamento do bar/restaurante do Centro de Educação Ambiental. Incumprimento de acordo de pagamento em prestações. Cobrança via judicial.	2 416,67 €	O Tribunal, no dia 18.08.2023, notificou o Município de que solicitou ao agente de execução já nomeado nos autos para proceder à citação Gonçalo Filipe Boim Esteves Alves Roda.
Ministério Público. Procuradoria da República da Comarca de Lisboa Norte. DIAP Proc. N.º 1314/22.4T9TVD - 2ª secção	Denunciante: Município de Torres Vedras Denunciado: Cláudia Vanessa Pontes Nobre Gonçalves	Participação da AFM 17 de 21/01/2022 - Desrespeito à ordem de embargo referente ao processo administrativo FM-251/2021, obra sita na Rua da Quinta, s/n Freiria.		O Município de Torres Vedras foi notificado em 18.10.2023, do despacho de arquivamento do Ministério Público. O Município de Torres Vedras constituiu-se como assistente e apresentou requerimento de abertura de instrução. O Município de Torres Vedras foi notificado, em 16.01.2024, do Despacho do Juiz de Instrução Criminal, tendo decidido não pronunciar a arguida.
Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa. Processo nº 1203/21.0BELRA. Unidade Orgânica 2	Autora: MKAYROS - Engenharia e Construção, S.A. Réu: Município de Torres Vedras	Ação administrativa de condenação do Município no pagamento da quantia de € 146,314,00 relativa à execução de alegados trabalhos complementares de colocação de cimbres e pagamento de juros de mora vencidos e vincendos desde a citação até efetivo e integral pagamento	146 314,00 €	Designação para o dia 18.04.2024 de realização de audiência prévia

Listagem de processos judiciais pendentes, com indicação da respetiva fase e estado atualizada a 21/02/2024

Montantes				
Jurisdição	Intervenientes	Objeto da ação	prováveis a receber ou pagar	Estado Atual
Ministério Público. Procuradoria da República da Comarca de Lisboa Norte. DIAP - 3ª Secção de Torres Vedras. Inquérito. Proc.º 1899/21.2T9TVD	Denunciante: Município de Torres Vedras Denunciada: Maria de Fátima Pereira d'Oliveira Silva	Denúncia ao Ministério Público ao abrigo do disposto no artigo 179º, nº 4 da Lei nº 35/2014 de 20 de junho, na sua redação atual (Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas)		Inquérito criminal em curso. Processo em segredo de justiça.
Ministério Público. Procuradoria da República da Comarca de Lisboa Norte. Proc. n.º 2188/21.0T9TVD. DIAP de Torres Vedras. 3ª Secção	Participante: Município de Torres Vedras Denunciado: Pedro Miguel Assunção Pereirinha	Ordem de demolição de obras executadas sem licença camarária. Incumprimento da ordem de demolição do requerente no Proc. ED/517/2019.		O Município de Torres Vedras, notificado para tanto, apresentou nos autos em 07/04/2022, um requerimento no qual prestou as informações e juntou os documentos solicitados pelo Ministério Público
Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa. Ação administrativa. Proc. nº 804/2021.0 BELSB. Unidade Orgânica 4.	Autor: João Carlos Almeida Pinto Réu: Município de Torres Vedras	Pedido de indemnização. Responsabilidade Civil extracontratual. Acidente de viação. Rua José Francisco, Coutada, Freguesia de S. Pedro da Cadeira. Montante peticionado: € 20.408,28	20 408,28 €	Interposição de recurso pelo MTV em 17/02/2023, do despacho que indeferiu o incidente de intervenção provocada principal da Seguradora e determinou a intervenção acessória da mesma;
Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa. Ação administrativa n.º 29/2021.5BESNT. Unidade Orgânica 3	Autor: Jorge Silva & Reis - Construções Lda. Réu: Município de Torres Vedras	Impugnação de ato de informação prévia desfavorável praticado no Proc. DGU. IP/48/2019 (Informação prévia para demolição e construção de edificação destinada a habitação coletiva e serviços em Freiria, concelho de Torres Vedras) e condenação à prática de ato devido.		Apresentação de contestação a 26/05/2021
Ministério Público. Procuradoria da República da Comarca de Lisboa Norte. Proc. n.º 1315/21.0T9TVD. DIAP de Torres Vedras. 1ª Secção	Denunciante Promotorres E.M. Participante: Município de Torres Vedras Denunciado: Maria Manuela Matos	Falsificação de selo de estacionamento de residente		Apresentação de queixa-crime pelo Município de Torres Vedras em 23/07/2021
Tribunal Administrativo de Circulo de Lisboa. Unidade Orgânica 5. Ação Administrativa. Proc. nº 1412/19.IBELSB	Autor: Duarte Fontes Garcia Réu: Município de Torres Vedras	Impugnação dos atos administrativos de indeferimento e de ordem de demolição das obras efetuadas no âmbito do Proc. OP/140/2018 (Porto Novo, Maceira)		Apresentação em 17/03/2022 pelo Município de Torres Vedras de requerimento informando sobre a fase atual de revisão do PDM de Torres Vedras
Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Oeste. Juízo de Comércio de Sintra - Juiz 4. Processo n.º 7888/12.0T2SNT	Administrador da Massa Insolvente: João Marino Ribeiro Ferrão Gomes Insolvente: Sociedade de Construções Urbanas Rufino & Irmão, SA Interveniente acidental: Município de Torres Vedras	Reclamação de créditos	1 063 683,97 €	Aguarda-se liquidação de bens
Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa. Unidade Orgânica 2. Ação Administrativa. Proc. n.º 604/19.8BELSB.	Autor: Carla Andreia Lemos da Costa Teles Réu: Município de Torres Vedras	Pedido de nulidade do ato que ordenou a posse administrativa para demolição coerciva de imóvel em risco de derrocada sito em Ameal, Freguesia de Ramalhal.		Notificação de despacho saneador em 07/12/2021. Aguarda-se designação da data da audiência de julgamento

Jurisdição	Intervenientes	Objeto da ação	Montantes prováveis a receber ou pagar	Estado Atual
Tribunal Administrativo de Círculo. Unidade Orgânica 3. Ação Administrativa. Proc. nº 442/19.8BELSB	Autor: Nuno Miguel Romão Dias Réu: Município de Torres Vedras	Acidente de viação na E.N. 8. Freguesia de Santa Maria, S. Pedro e Matacães. Pedido de indemnização. Responsabilidade civil extracontratual. Montante peticionado: € 603,73	603,73 €	Apresentação de contestação em 17/05/2019
Tribunal Judicial de Torres Vedras Processo nº 181/2019.0PATVD	Participante: Município de Torres Vedras Arguido: Rafael Filipe Gomes e outro	Crime de furto qualificado, na Loja Torres Vedras, de bens propriedade do Município de Torres Vedras		Foi proferido em 20.12.2023 o respetivo acórdão, tendo sido decidido, pelo Tribunal Coletivo, absolver o arguido Rafael Filipe Gomes da Silva da prática de dois crimes de furto qualificado de que vinha acusado, tendo, igualmente, sido julgado totalmente improcedente, por não provado, o pedido de indemnização civil deduzido pelo demandante Município de Torres Vedras contra aquele arguido/demandado.
Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Oeste. Juiz 1 do Juízo de Execução de Oeiras. Processo nº 555/17.0T8OER-C	Exequente: Caixa Geral de Depósitos, SA Executado: Rominvescol Estudos, Projetos Lda. Depositário: Sociedade de Construções Caracol & Filhos, Lda. Reclamante de créditos: Município de Torres Vedras	Reclamação de créditos	1 783 202,26 €	O Município de Torres Vedras foi notificado, em 20.05.2023, para se pronunciar quanto à modalidade de venda dos bens imóveis constantes das Verbas Nºs. 106, 107, 111, 113, 115, 116, 117, 118 e 119 do Auto de Penhora datado de 10.01.2018.
Tribunal Judicial da Comarca de Leiria. Juízo de Comércio de Alcobaça. Juiz 1 Processo: 844/18.7T8ACB	Insolvente: MPT - Medicina e Prevenção no Trabalho, Lda. Reclamante de créditos: Município de Torres vedras	Reclamação de Créditos	250,00€	Aguarda liquidação de bens
Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa. Unidade Orgânica 2. Ação administrativa. Proc. n.º 612/2018.6BLSB.	Autor: Município de Torres Vedras Ré: Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Centro	Impugnação das deliberações de 19/09/2017 e 29/01/2018 da Autoridade de Gestão do Programa Operacional PORCENTRO (QREN). Aplicação de correção financeira. Empreitada de construção da EB e JI em Chamusca, Ponte do Rol.	222 279,08 €	Apresentação de Alegações Finais Escritas em 20/11/2018
Tribunal Administrativo de Circulo de Lisboa. Unidade Orgânica 5. Ação Administrativa. Proc. n.º 430/2018.1BELSB	Autor: Ministério Público. Réu: Município de Torres Vedras Contrainteressado: Edilino - Construção e venda de imóveis, Lda.	Impugnação de atos administrativos de licenciamento de operações urbanísticas praticados no âmbito dos processos de loteamento nº 02/248/98 e de obras nºs OP/618/00 e OP/45/04. Moradia sita na Praia da Vigia, Santa Cruz, Freguesia de A-dos-Cunhados.		Apresentação de requerimento de suspensão da instância por motivo de superveniências ocorridas (vigência do POCACE e procedimento de revisão do PDM de 2007)
Tribunal Administrativo de Circulo de Lisboa. Unidade Orgânica 4. Ação Administrativa. Proc. nº 683/16.0BELSB.	Autor: Anabela Veloso Vaz e Outros Réu: Município de Torres Vedras e outros	Anulação do ato de deferimento de alteração ao alvará de loteamento nº 15/97. Lote 70. Quinta de Fez. Freguesia do Turcifal.	1 800,00 €	Apresentação de Contestação em 20.03.2018. Notificação em 09/09/2022 de requerimento apresentado pelos 3ºs Réus
Tribunal Administrativo de Círculo. Ação Administrativa	Exequente: Município de Torres Vedras Executado: Novo Banco	Processos de vistoria nº VR/8/2017 e 00/972/80. Imóvel em ruinas sito na Foz do Sizandro. Posse administrativa urgente para realização de obras de demolição de edificação em risco de derrocada.		Em prazo para instaurar ação executiva junto do Tribunal Administrativo de Circulo de Lisboa

Jurisdição	Intervenientes	Objeto da ação	Montantes prováveis a receber ou pagar	Estado Atual
Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa. Unidade Orgânica 4. Ação Administrativa. Proc. n.º 2950/16.3BELSB.	Autor: Maria de Fátima da Silva Nunes Azevedo Réu: Município de Torres Vedras	Declaração da existência de contrato de trabalho e pedido de pagamento de quantia em divida, a título de remunerações não pagas. Montante peticionado: € 5.142,00	5 142,00 €	Apresentação de requerimento com indicação da matéria de resposta da prova testemunhal
Tribunal de Comércio de Lisboa. Juiz 2 do Juízo de Comércio de Lisboa. Proc. nº 2872/14.2T8LSB-B. Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte. Juiz 4 do Juízo de Vila Franca de Xira nº 416/14.5T8VFX	Impugnante: Banco Santander Totta, SA Impugnado: Município de Torres Vedras Insolventes: Vitor Luis Martins Albarran Grilo, Rosa Maria Martins Albarran Grilo e Luis Albarran Grilo	Reclamação de créditos	57 263,51€	Notificação de Lotes n.º 7 e n.º 8 do Loteamento sito no Vale do Lino, Paúl correspondentes às verbas 8 e 9 se encontram em Venda por negociação particular, através do portal e-leilões, respetivamente sob as referências NP739272023 e NP739282023, os quais iniciaram em 02.06.2023 e terão encerramento em 31/08/2023. No dia 25/06/2023 a srª Administradora Judicial, nomeada Fiduciária a Rosa Martins Albarran Grilo, procedeu à transferência para o Município de Torres Vedras no montante de 1646,48€, relativo ao valor que lhe foi atribuído do rendimento disponível cedido.
Tribunal Administrativo de Circulo de Lisboa. Unidade Orgânica 4. Ação Administrativa especial. Proc. nº 1936/14.7BELSB.		Impugnação com efeito suspensivo da ordem de demolição de um anexo, de estrutura metálica e cobertura de parte do alçado posterior e principal com chapa acrílica. Moradia sita em Santa Cruz, Freguesia da Silveira.		Transação/acordo entre as partes, homologada por sentença de 04/01/2024.
Tribunal Administrativo de Circulo de Lisboa. Unidade Orgânica 3. Ação administrativa especial. Proc. nº 1913/14.8BELSB	Autor: José Gonçalo Jorge Porém Réu: Município de Torres Vedras	Impugnação de ordem de demolição de muros não confinantes com a via pública edificados em Reserva Agrícola Nacional e em violação do POOC Alcobaça-Mafra. Santa Cruz, Freguesia da Silveira		Notificação de sentença em 01/03/2023 e interposição de recurso para o TCA-Sul em 29/03/2023; Por despacho de 25.09.2023 o recurso foi admitido e ordenada a subida dos autos ao TCA-Sul
Tribunal Administrativo de Circulo de Lisboa. Ação Administrativa especial N.º 433/13.2BELSB.	Autor: Vodafone Portugal - Comunicações Pessoais, SA Réu: Município de Torres Vedras	Impugnação do acto administrativo de indeferimento e ordem de demolição do suporte de antena de radiocomunicações sita em Cabeço da Rainha - A dos Cunhados - OP/580/2003		O Município foi notificado em 26/04/2021 da sentença que julgou a ação improcedente. A VODAFONE interpôs recurso, o Município apresentou contra-alegações, em 24/06/2021, aguardando-se decisão. O recurso foi admitido e os autos subiram ao Tribunal Central Administrativo Sul
Tribunal Central Administrativo Sul. Secção de Contencioso Administrativo. Proc. TCA nº 1328/16	Autores: Mário Manuel Santos Ferreira e Jorge Manuel Ramos Brito Mesquita Réu: Município de Torres Vedras	Impugnação da deliberação da câmara municipal que aplicou aos Autores uma pena de multa de quatro remunerações diárias no âmbito de procedimento disciplinar. Proc.º 306/2013.9BELSB.		Interposição de recurso pelo Município de Torres Vedras em 27/09/2017. Subida dos autos ao Tribunal Central Administrativo Sul. Notificação do Município de Torres Vedras do parecer do Ministério Público em 14/03/2018
Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa. Unidade Orgânica 6. Ação Administrativa Especial. Proc. nº 1239/12.1BELSB.	Autor: Paulo Jorge Gomes Namora Réu: Município de Torres Vedras	Ação Administrativa com cumulação de pedidos: i) Pedido de condenação à prática de ato devido; ii) Pedido de condenação na reparação de danos. Proc. OP/129/07. Edificação sita na Praia do Amanhã. Santa Cruz. Freguesia da Silveira	700 000,00 €	Apresentação de requerimento probatório e de recurso da decisão de indeferimento do incidente de intervenção provocada principal da APA, IP e CCDR-LVT

Listagem de processos judiciais pendentes, com indicação da respetiva fase e estado atualizada a 21/02/2024

Jurisdição	Intervenientes	Objeto da ação	Montantes prováveis a receber ou pagar	Estado Atual
Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte. Juízo de Local Cível de Torres Vedras - Juiz 2. Ação Popular. Proc. nº 81/12.4TBTVD.	Autor: Jaime Manuel M. Cabrita Carneiro Réu: Município de Torres Vedras e Presidente do Município	Pedido de declaração de que o "Sr. Vinho " é uma peça inútil, desadequada ao Mercado Municipal e que o ato de ajustar pelo valor de € 178.800,00 constitui um ato ruinoso para o Município de Torres Vedras, devendo a obra de arte ser removida e o ato de adjudicação ser considerado nulo	178 800,00 €	Notificação do Município de Torres Vedras de apresentação de requerimento probatório pelo Autor
Tribunal Central Administrativo Sul. Secção de Contencioso Administrativo. Proc. nº 1481/10.0BELSB	Autor: Ana Filipa Pimentel Silva e outros Réu: Município de Torres Vedras	Danos patrimoniais provocados ao A. pela aquisição da participação Social na sociedade comercial "Náutica Bar, Lda."	126 074,27 €	Interposição de recurso pelo Município de Torres Vedras em 16/12/2016 no TCA-Sul